

CÂMARA MUNICIPAL DE POTIRENDABA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER LEGISLATIVO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZ/2024 A NOV/2025

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)														TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	R\$
LIQUIDADAS																
DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025					
47.087,18 0,00 0,00 33.641,56 9.122,27	27.234,31 0,00 0,00 33.641,56 7.919,52	26.771,18 0,00 0,00 33.641,56 8.169,11	39.499,04 0,00 0,00 33.641,56 8.404,38	28.737,70 0,00 0,00 33.641,56 8.277,21	28.737,70 0,00 0,00 33.641,56 8.277,21	36.118,45 0,00 0,00 33.641,56 8.160,77	22.378,73 0,00 0,00 33.641,56 7.282,63	22.378,73 0,00 0,00 33.641,56 7.282,63	27.514,83 0,00 0,00 33.641,56 7.505,19	22.378,73 0,00 0,00 33.641,56 7.282,63	22.378,73 0,00 0,00 33.641,56 7.282,63	351.215,31 0,00 0,00 403.698,72 94.966,18	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00			
Despesas e Vantagens Fixas - Pessoal ativo																
Contratação Temporária																
Tercerização de Mão-de-Obra (art.18, par.º da L.R.F.)																
Remuneração de Agentes Políticos																
Encargos Sociais																
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários																
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente																
Outras Despesas e Obrigações (variáveis)																
Despesas de Exerc. Anteriores																
Sentenças Judiciais																
Indenizações e Restituições Trabalhistas																
Compensações a Regimes de Previdência																
Restos a Pagar não Processados Liquidados																
89.851,01	68.795,39	68.581,85	81.544,98	70.656,47	70.656,47	77.920,78	63.302,92	63.302,92	68.661,58	63.302,92	63.302,92	849.880,21	0,00			
SUBTOTAL (I)																
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária																
Decorrentes Decisão Judicial e Exercício Anteriores																
Despesa com Inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados																
Restos a Pagar não Processados Liquidados																
SUBTOTAL (II)																
89.851,01	68.795,39	68.581,85	81.544,98	70.656,47	70.656,47	77.920,78	63.302,92	63.302,92	68.661,58	63.302,92	63.302,92	849.880,21	0,00			
TOTAL LIQUIDO (III) = (I - II)																
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL																
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)																
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)														120.047,414,44		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)														0,00		
Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (EC 120/2022) (VII)														0,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)														120.047,414,44		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)														849.880,21	0,71	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)														7.202.844,87	6,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)														6.842.702,63	5,70	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)														6.482.560,38	5,40	

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)

Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (EC 120/2022) (VII)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)

LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)

LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)

LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)

CÂMARA MUNICIPAL DE POTIRENDABA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER LEGISLATIVO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZ/2024 A NOV/2025

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)											
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)											Percentual
Limite Máximo (VII) (%) (LRF, art. 20)											
DTP em 2021 (X) (%)											
Excedente em 2021 (XI) = (X - VII) (%)											
Redutor anual (XII) = (0,10 x XI) (%)											

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VI/V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64
- 2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal